

Construindo solidariedade por meio da justiça social na educação:

da colaboração e do conflito à fusão entre sindicatos de professores/as suecos/as¹

Constructing solidarity through social justice in education:

from collaboration and conflict to amalgamation between Swedish teacher unions

Construir la solidaridad a través de la justicia social en la educación:

de la colaboración y el conflicto a la fusión entre sindicatos docentes suecos

 ALISON L. MILNER*

Universidade de Aalborg, Dinamarca

 PONTUS BÄCKSTRÖM**

Sveriges Lärare, Suécia

JOHAN ERNESTAM***

Sveriges Lärare, Suécia

RESUMO: A colaboração sindical em questões de justiça social conecta os/as trabalhadores/as entre si e às suas comunidades mais amplas e, portanto, é considerada uma estratégia de renovação sindical. Antes de sua fusão em 1º de janeiro de 2023, o Lärarförbundet (Sindicato de Professores/as) e o Lärarnas Riksförbund (Sindicato Nacional de Professores/as) colaboravam intermitentemente para desafiar as injustiças educacionais no altamente segregado mercado escolar sueco. Por meio de pesquisa documental, com o diálogo como método, este estudo de caso explora as diretrizes e dinâmicas políticas dessa colaboração entre

* Departamento de Cultura e Aprendizagem, Universidade de Aalborg, Aalborg, Dinamarca. *E-mail:* <almi@ikl.aau.dk>.

** Sveriges Lärare, Estocolmo, Suécia. *E-mail:* <pontus.backstrom@ju.se>.

*** Sveriges Lärare, Estocolmo, Suécia. *E-mail:* <johan.ernestam@ju.se>.

sindicatos. Usando *enquadramento* e *intermediação* como lentes conceituais, argumentamos que os dois sindicatos colaboraram, em graus variados, predominantemente em questões políticas, profissionais e de negociação. No entanto, essas ações conjuntas foram conduzidas num contexto de declínio da filiação sindical, agendas nacionais competitivas de recrutamento e surgimento de grupos de ‘rebelião’ liderados por professores/as da base que faziam campanha pela educação pública. A solidariedade externa na organização foi, portanto, limitada pela diferenciação interorganizacional e intraprofissional e pela orientação de ambos os sindicatos para um modelo de sindicalismo de serviço. Pesquisas futuras podem explorar a complexidade da colaboração intersindical no recém-fusionado Sveriges Lärare e até que ponto o ativismo regional e alianças mais amplas com movimentos sociais poderiam promover uma agenda de organização mais democrática.

Palavras-chave: Sindicatos de professores/as. Colaboração intersindical. Sindicalismo competitivo. Fusão. Justiça social. Suécia.

ABSTRACT: Trade union collaboration on issues of social justice connects workers to each other and to their wider communities and is therefore considered a strategy of union renewal. Prior to their amalgamation on 1 January 2023, Lärarförbundet (Swedish Teachers' Union) and Lärarnas Riksförbund (National Union of Teachers in Sweden) collaborated intermittently to challenge educational injustices in the highly segregated Swedish school market. Through documentary research, with dialogue as method, this case study explores the policies and politics of this inter-union collaboration. Using ‘framing’ and ‘intermediation’ as conceptual lenses, we argue that the two unions collaborated predominantly, but to varying degrees, on bargaining, political, and professional issues. However, these joint actions were conducted in the context of declining union membership, competitive national recruitment agendas, and the rise of grassroots teacher-led ‘rebellion’ groups campaigning for public education. External solidarity in organising was therefore limited by inter-organisational and intra-professional differentiation and both unions’ orientation towards a service model of unionism. Future research might explore the complexity of intra-union collaboration in the newly amalgamated Sveriges Lärare and the extent

to which regional branch activism and broader alliances with social movements could promote a more democratic organising agenda.

Keywords: Teacher unions. Inter-union collaboration. Competitive unionism. Amalgamation. Social justice. Sweden.

RESUMEN: La colaboración sindical en temas de justicia social conecta a los/as trabajadores/as entre sí y con sus comunidades en general y, por lo tanto, se considera una estrategia de renovación sindical. Antes de su fusión el 1 de enero de 2023, el Lärarförbundet (Sindicato de Docentes) y el Lärarnas Riksförbund (Sindicato Nacional de Docentes) colaboraron intermitentemente para desafiar las injusticias educativas en el altamente segregado mercado escolar sueco. A través de la investigación documental y del diálogo como método, este estudio de caso explora las pautas y dinámicas políticas de esta colaboración entre sindicatos. Utilizando el *encuadramiento* y la *intermediación* como lentes conceptuales, argumentamos que los dos sindicatos colaboraron, en diversos grados, principalmente en temas políticos, profesionales y de negociación. Sin embargo, estas acciones conjuntas se llevaron a cabo en un contexto de reducción de la afiliación sindical, de agendas nacionales de reclutamiento competitivas y del surgimiento de grupos de ‘rebelión’ liderados por profesores/as de base que hacen campaña por la educación pública. Por lo tanto, la solidaridad externa en la organización se vio limitada por la diferenciación interorganizacional e intraprofesional, así como por la orientación de ambos sindicatos hacia un modelo de sindicalismo de servicios. Las investigaciones futuras pueden explorar la complejidad de la colaboración intersindical en la recién fusionada Sveriges Lärare y la medida en que el activismo regional y las alianzas más amplias con los movimientos sociales podrían promover una agenda organizativa más democrática.

Palabras clave: Sindicatos de docentes. Colaboración intersindical. Sindicalismo competitivo. Fusión. Justicia social. Suecia.

Introdução

Os constantes ataques político-ideológicos à educação pública, através do corte sistemático de financiamento e da privatização da oferta e dos serviços educativos estatais, limitaram o acesso de alunos/as a uma aprendizagem inclusiva

e de qualidade, ameaçando os alicerces da sociedade democrática (YDESEN *et al.*, 2022). Os sindicatos docentes têm, portanto, procurado ampliar sua esfera de ação para além de um modelo de sindicalismo baseado em serviços (FAIRBROTHER & YATES, 2003) a fim de desafiar o discurso neoliberal de que ‘não há alternativa’ e de se organizar em prol de sistemas educacionais mais equitativos e mudanças sociais e políticas mais amplas (COMPTON & WEINER, 2008). Parte de uma estratégia de renovação e, em certos contextos, percebida como uma mudança em direção ao sindicalismo de justiça social (KONKOL & RAMIREZ-ALONSO, 2021; MATON & STARK, 2022), essa tentativa de “reestruturar a narrativa” levou os sindicatos a formarem alianças setoriais multilaterais dentro e fora do Estado-nação (BASCIA & STEVENSON, 2017; WEINER, 2013). Um organizador transnacional de grande importância nesse âmbito é a Education International, a federação sindical global, que lançou recentemente a campanha *Go Public! Fund Education* em suas 383 organizações membros (EI, 2024).

Embora a solidariedade internacional seja relativamente comum na economia global do conhecimento, a maior parte da colaboração entre sindicatos ocorre dentro das fronteiras dos Estados-nação, onde as confederações fornecem uma estrutura formal para o desenvolvimento de uma rede de trabalho homogênea (BRIGDEN & KAINÉ 2015). Quando os sindicatos colaboram em questões de negociação, políticas ou organizacionais, isso fortalece o movimento sindical e expande sua influência para um espaço político-econômico mais amplo (HARCOURT & LAM, 2012; LYON, 2023). No entanto, o multi-sindicalismo — quando dois ou mais sindicatos negociam com um/uma empregador/a — pode inibir a colaboração, se os sindicatos individuais representarem interesses de classes profissionais distintas ou competirem pela base de membros e/ou exigências de negociação (AKKERMAN, 2014; MACHIN, STEWART & VAN REENEN, 1993). Para desenvolver a solidariedade externa, os sindicatos devem então mediar as diferenças organizacionais e estabelecer alianças dentro de um projeto social mais amplo (LEVESQUE & MURRAY, 2010).

No dia 1º de janeiro de 2023, os dois sindicatos docentes da Suécia – Lärarförbundet (Sindicato de Professores/as) e Lärarnas Riksförbund (Sindicato Nacional de Professores/as) – se uniram para formar o Sveriges Lärare (Sindicato de Professores/as Suecos/as), um novo sindicato com quase 300 mil professores/as filiados/as². Nos anos anteriores esses sindicatos colaboraram intermitentemente para combater as injustiças educacionais no mercado escolar sueco, altamente segregado (MILNER, 2018). Dadas as suas identidades pedagógico-históricas distintas, ideologias políticas e afiliações confederativas baseadas em classes (KJELLBERG, 2021; LILJA, 2014), a colaboração entre sindicatos sobre uma questão ‘não-trabalhista’ nesse período de transição é significativa; no entanto, não existe uma análise empírica de como eles negociaram eventuais tensões organizacionais através das várias áreas de colaboração possíveis. Tal investigação proporcionaria uma visão sobre o seu caminho para a fusão e teria relevância tanto para o

Sveriges Lärare, que está se reorganizando em torno de ideias de justiça social na educação, como para outros sindicatos que procuram construir sua força de forma colaborativa.

Através de pesquisa documental, com o diálogo como método, este estudo de caso examina as diretrizes e dinâmicas políticas de colaboração entre sindicatos sobre ideias de equidade educacional na Suécia. Com base em interpretações de textos sobre as diretrizes políticas pré-fusão do Lärarförbundet e do Lärarnas Riksförbund, e utilizando *enquadramento* e *intermediação* como lentes conceituais, nós – uma pesquisadora acadêmica e dois altos funcionários do Sveriges Lärare – exploramos como o conhecimento foi produzido interorganizacionalmente para defender a educação pública. As principais questões de pesquisa são: 1) Como o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbund, individualmente e colaborativamente, enquadraram a questão da desigualdade educacional na Suécia? 2) Como o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbund mediaram as relações para desafiar a desigualdade educacional na Suécia?

Argumentamos que o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbund colaboraram em graus variados, predominantemente em questões negociais, políticas e profissionais, nas quais a equidade estava frequentemente, mas não exclusivamente, ligada aos interesses dos membros. Contudo, as ações conjuntas foram realizadas num contexto de declínio do número de membros, de agendas de recrutamento competitivas e de surgimento de grupos de ‘rebelião’ liderados por professores/as da base. A solidariedade externa e o desenvolvimento do sindicalismo de justiça social foram, portanto, limitados pela diferenciação interorganizacional e intraprofissional e por um modelo de sindicalismo de serviços. Com os recursos agora coordenados, sugerimos que o ativismo regional e as alianças com outros/as ativistas educacionais podem promover uma agenda organizacional mais democrática para uma mudança social mais ampla.

Começamos com uma revisão da literatura empírica e teórica sobre a colaboração entre sindicatos nas relações trabalhistas e na pesquisa educacional. Em seguida, exploramos o desenvolvimento organizacional do Lärarförbundet e do Lärarnas Riksförbund, destacando suas diversas bases ideológicas e colaborações históricas, conflitos e fusões. Em seguida, descrevemos nossa metodologia, incluindo nossa abordagem colaborativa para a análise de documentos. Nossas conclusões são apresentadas como um diálogo intertextual e concluímos discutindo suas implicações para a futura organização sindical no Sveriges Lärare e além.

Colaboração e conflito intersindicais em relação a mudanças organizacionais e sociais

Embora a noção de solidariedade dos/das trabalhadores/as contra um/uma empregador/a opressor/a comum seja central para as origens ideológicas de classe do movimento sindical (GUMBRELL-MCCORMICK & HYMAN, 2015), a colaboração entre sindicatos

– empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas em áreas de interesse mútuo – é mais complexa (WADDINGTON, 2005), sobretudo porque ocorre dentro de uma estrutura associativa mais ampla de relações trabalhistas. A colaboração horizontal – com outros sindicatos do mesmo setor ou grupos com mesmo/a empregador/a (LEVESQUE & MURRAY 2010) – é, no entanto, identificada em três áreas.

Em primeiro lugar, a colaboração intersindical na *negociação* é comum em locais de trabalho e setores com vários sindicatos, onde a cooperação varia entre uma coordenação tácita e coligações mais formais baseadas em exigências de negociação combinadas, processos de negociação conjuntos e um acordo coletivo comum (AKKERMAN, 2014; HARCOURT & LAM, 2012). A negociação em mesa única, especificamente, é conhecida por maximizar a influência dos/das funcionários/as e mitigar as táticas de empregadores/as de dividir-para-reinar (CHAISON, 1996; DOBSON, 1997; MACHIN, STEWART & VAN REENEN, 1993). Quando os interesses docentes e discentes estão alinhados, a negociação colaborativa pode melhorar as políticas para todos/as (GOLDSTEIN, 2014).

Em segundo lugar, a colaboração intersindical ocorre em questões *políticas*. Por meio de lobby coordenado, petições e protestos, os sindicatos têm o potencial de influenciar políticas sociais e econômicas além dos termos e condições de emprego (HURD & PINNOCK, 2004). Frequentemente apoiadas por confederações, essas ações conjuntas são consideradas importantes em momentos de hostilidade do governo em relação ao movimento sindical (HARCOURT & LAM 2012).

Uma última área de colaboração intersindical é a *organização*. Devido ao declínio do número de membros e para fortalecer sua posição nas relações trabalhistas, os sindicatos têm buscado “organizar os não organizados e reorganizar os organizados” (FAIRBROTHER & YATES, 2003, p. 18). Embora a concorrência seja frequentemente a lógica predominante quando a cobertura dos membros se sobrepõe, os sindicatos podem cooperar no recrutamento por meio de “regras contra caça furtiva”, acordos tácitos sobre metas setoriais/no local de trabalho ou campanhas conjuntas (DOBSON, 1997; HARCOURT & LAM, 2012).

A reorganização de membros por meio de estruturas democráticas internas e ativismo de base – diferente do modelo de serviço com uma estrutura organizacional centralizada e uma adesão mais passiva (DETURBERVILLE, 2004) – tende a incentivar a colaboração externa. De fato, Christian Lévesque e Gregor Murray (2010) destacam a importância da “integração em redes”, ou seja, o desenvolvimento de alianças mais amplas e heterogêneas com organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos comunitários (BRIGDEN & KAINE, 2015; FAIRBROTHER & YATES, 2003; PARKER & ALAKA-VUKLAR, 2018). Isso ressalta a importância de outras identidades sociais (não ocupacionais) para a promoção dos interesses da classe trabalhadora e da classe média (LYON, 2023). Além disso, permite que os/as ativistas situem suas preocupações trabalhistas dentro de um ataque mais amplo aos serviços públicos (TATTERSALL, 2009) e aumentem a consciência social na comunidade em geral (LITTLE *et al.*, 2023). As coalizões são, portanto, consideradas essenciais

para que os sindicatos construam o poder político necessário para promover mudanças transformadoras (STEVENSON *et al.*, 2020).

A colaboração sindical é difícil. Conflitos entre sindicatos baseados em diferenças ideológicas e/ou pessoais podem afetar o processo de negociação (AKKERMAN, 2014; GALL, 2008; MACHIN, STEWART & VAN REENEN, 1993). Na Suécia, o “conflito de classes institucionalizado” (FULCHER, 1973) entre as confederações (predominantemente) manuais, não manuais e profissionais coloca as classes média e trabalhadora em oposição a seus/suas empregadores/as e entre si (KJELLBERG, 2023; VISSER & WADDINGTON, 1996). Essa institucionalização foi constituída inicialmente entre a Confederação Sueca de Sindicatos (Landsorganisationen i Sverige) – LO, a Confederação de Trabalhadores/as Manuais e a Federação das Associações de Empregadores/as (Svenska Arbetsgivareföreningen) – SAF através do Acordo Básico de 1938, que estabeleceu um quadro para a regulamentação central conjunta das relações trabalhistas – ampliado para incluir acordos salariais na década de 1950 – e deu origem a uma era de relativa ‘paz laboral’, uma vez que a ação trabalhista era ilegal fora das negociações (FULCHER, 1973; HYMAN, 2012; VISSER & WADDINGTON, 1996). Os/As trabalhadores/as da classe média se organizaram em resposta; a Confederação Sueca de Empregados Profissionais (Tjänstemännens centralorganisation) – TCO, a confederação não manual³ e a Associação Sueca de Empregados/as Profissionais (Sveriges akademikers centralorganisation) – SACO, federação profissional, foram fundadas em 1944 e 1947, respectivamente (SACO, 2024; TCO, 2024).

Enquanto a LO promovia a solidariedade salarial, a TCO e a SACO queriam que os salários de membros refletissem seus níveis mais elevados de educação e responsabilidades ocupacionais; entretanto, a estratificação organizacional e a cobertura heterogênea da SACO limitaram a solidariedade, incentivaram o sectarismo e impediram a negociação unificada. No geral, a concorrência entre as três confederações levou a vários conflitos trabalhistas nas décadas de 1960 e 1970 (FULCHER, 1973).

Embora a densidade e a cobertura tenham mudado, a educação ainda determina em grande parte a representação: a LO continua a ser a maior confederação, com 14 sindicatos afiliados e 1,4 milhões de membros (LO, 2024); a TCO tem 12 afiliados com 1,2 milhões de membros, definidos/as como “funcionários/as profissionais e qualificados/as que partilham uma grande responsabilidade por funções importantes na sociedade”, tais como a educação, os cuidados de saúde e a polícia (TCO, 2024); e a SACO tem 21 afiliados, que representam 706.306 funcionários/as com formação universitária, incluindo advogados/as, arquitetos/as, médicos/as, pesquisadores/as universitários/as e professores/as (SACO, 2024). Mas embora essas distinções socioestruturais promovam a solidariedade de classe, o status social dos/das funcionários/as pode ser obscurecido pelas mudanças estratégicas dos sindicatos individuais em direção ao profissionalismo ou à identificação como um sindicato “artesanal” ou associação profissional (CORNFIELD, 1991; HANNAY, 2002).

Em última análise, a ação conjunta nem sempre é indicativa de solidariedade sindical; embora a cooperação involuntária durante ações trabalhistas possa aumentar o poder de mobilização ou limitar a perda de membros, o sindicalismo competitivo pode afetar o impacto geral das greves e manifestações (AKKERMAN, 2014). Além disso, se a burocracia sindical preferir um modelo de serviço dependente de uma relação de negociação estável (DETURBERVILLE, 2004) ou de um “compromisso de classe” (HOWELL, 2001; HVID & FALKUM, 2019), há pouco incentivo para promover uma agenda ativista baseada na construção de coalizões progressistas. De fato, a maioria dos sindicatos canaliza recursos para o recrutamento de membros e não para a sua reorganização (FAIRBROTHER & YATES, 2003).

A solidariedade externa deve, pois, ser construída. Para mobilizar a integração em redes, Lévesque e Murray (2010) argumentam que os sindicatos precisam mediar interesses conflitantes, promover ações colaborativas por meio do diálogo e da construção de consensos e desenvolver redes sociais entre indivíduos, grupos ou organizações. Essas alianças devem ser enquadradas em termos de mutualidade, apesar das diferenças (GUMBRELL-MCCORMICK & HYMAN, 2015), que se estende além do relacional para constituir o projeto social no qual a colaboração é construída (LEVESQUE & MURRAY, 2010).

As fusões podem superar os dilemas da colaboração entre sindicatos (STREECK & VISSER, 1997; WADDINGTON, 2006). No entanto, a fusão – quando dois ou mais sindicatos se unem para formar um novo (BEHRENS & PEKAREK 2016; CHAISON, SVERKE & SJÖBERG, 2001; UNDY, 1999) – requer intensa negociação organizacional inter (entre sindicatos) e intra (dentro dos sindicatos) (WALTON & MCKERSIE, 1965). Essa mudança dramática pode ser rejeitada logo no início se os membros temerem uma perda de identidade profissional (CHAISON, 2010; MOODY, 2009), mas a fusão também pode fracassar num estágio posterior se a representação dos interesses dos membros ou a participação democrática forem reduzidas no sindicato maior e mais heterogêneo (ALVIN & SVERKE, 2000; CHAISON, 1996; WADDINGTON, 2006). Os/As líderes sindicais devem, assim, abordar os paradoxos gêmeos da “integração” e da “diferenciação” durante o processo de fusão (BEDNAREK, BLUMENFELD & RIAD, 2012).

Sindicalismo docente sueco: conflito, colaboração e fusão dentro de um sistema escolar em mudança

A integração e a diferenciação são fundamentais para as bases ideológicas do Lärarförbundet e do Lärarnas Riksförbund. Os sindicatos de professores/as suecos/as se formaram inicialmente em torno do sistema escolar paralelo do século XIX, que dividia alunos/as e professores/as por classe social. Incorporada a um projeto social mais amplo, a *folkskolan* (escola primária) era administrada por paróquias locais para fornecer educação

formal básica a crianças mais pobres. Os primeiros professores da escola primária eram homens sem qualificação, mas a profissão se tornou cada vez mais qualificada e feminizada. Por outro lado, as *läroverken* (escolas secundárias) particulares e públicas, geralmente localizadas em áreas urbanas, ofereciam aos alunos ricos do sexo masculino preparação acadêmica para o ensino universitário. Provenientes da classe média, professores/as do ensino secundário eram predominantemente homens, embora mais mulheres tenham ingressado na profissão posteriormente. Como especialistas na matéria, esses/as professores/as eram contratados/as como adjuntos/as (com graduação ou mestrado) ou titulares (com doutorado) (KJELLBERG, 2021; PERSSON, 2008).

No início do século XX novas ideias sobre o papel social das escolas levaram a discussões sobre como o sistema paralelo poderia ser combinado, numa estrutura mais igualitária, para permitir a progressão do ensino fundamental ao ensino médio. As propostas para uma “escola para todos” (*en skola för alla*), na qual todos/as os/as alunos/as tivessem acesso à educação básica, tornaram-se uma questão política central para a igualdade (LINDENSJÖ & LUNDGREN, 2014) e, a partir da década de 1920, a Suécia experimentou várias formas de ensino. Foi somente em 1962 que a escola abrangente de nove anos foi estabelecida, superando as divisões culturais, econômicas e de classe social (RINGARP, 2012; 2017).

Embora a profissão docente sueca representasse um grupo diversificado de identidades profissionais, formações acadêmicas e interesses de gênero e classe, suas instituições históricas continuaram a moldar as aspirações coletivas. Os/As antigos/as professores/as da escola primária apoiavam o modelo de escola abrangente, por meio do qual haviam melhorado sua posição política e social, e se organizavam sob os sindicatos antecessores do Lärarförbundet. Por outro lado, os/as antigos/as professores/as da escola secundária lamentavam sua posição enfraquecida dentro de um sistema que diluía a identificação com o conhecimento avançado da matéria e se organizavam sob os sindicatos antecessores do Lärarnas Riksförbund. No entanto, essa dicotomia simples mascarava os conflitos internos e as alianças que caracterizaram seu desenvolvimento institucional até esse período de reforma e além. Os sindicatos de professores/as suecos/as passaram por várias divisões e fusões à medida que as diferentes profissões docentes – e os/as dirigentes escolares – lutavam para alcançar um estatuto socioeconômico igual ou defender identidades e interesses de classe, gênero ou pedagógicos, separadamente ou no âmbito de uma estrutura sindical ou (con)federativa mais ampla (KJELLBERG, 2021).⁴

A reforma escolar abrangente reuniu a maioria dos/das professores/as sob um único sistema escolar, porém, os membros do sindicato permaneceram divididos/as por conta do sistema dual de formação de professores/as. Em 1968 foi introduzido um novo sistema, mas a divisão contínua da formação – entre “professores/as de turma do ensino fundamental (4ª a 6ª séries), faculdades de formação, e professores/as de disciplinas do ensino fundamental (7ª a 9ª séries), na universidade, seguida de um ano em faculdades de formação de professores/as – causou conflitos entre os sindicatos. Uma década depois foi

proposto um programa abrangente de formação de professores/as para as séries 1 a 9. Os/As antecessores/as do Lärarförbundet apoiaram esse programa e sua ênfase na tarefa pedagógica e social dos/as professores/as, mas o Lärarnas Riksförbund sugeriu dois programas sobrepostos (séries 1-6 e 4-9), com maior especialização nas disciplinas para as séries 7-9. Quando implementada em 1988, a reforma se alinhou com a proposta do Lärarnas Riksförbund (FURUHAGEN & HOLMEN, 2022).

À medida que a formação de professores/as foi passando por mudanças, o Estado de bem-estar social “burocrático” e sua escola comum enfrentaram críticas crescentes (LUNDAHL, 2002) e, na década de 1980, os/as social-democratas legislaram reformas de municipalização – descentralização e desregulamentação – em grande escala (RINGARP, 2012). Isso foi seguido pela Lei de Reforma das Escolas Independentes de 1992, que levou à introdução de um sistema de vouchers escolares e ao estabelecimento de escolas independentes financiadas com recursos públicos e administradas pelo setor privado (WIBORG, 2010).

Inicialmente os sindicatos de professores/as se opuseram à municipalização. Resistente ao controle municipal, à remoção do estatuto de funcionário/a público/a federal dos/das professores/as e à implementação de contratos de tempo de trabalho, o Lärarnas Riksförbund entrou em greve no outono de 1989. Em contrapartida, a Sveriges Lärarförbund (União Sueca de Professores/as) e a Svenska Facklärarförbundet (União Sueca de Professores/as Especializados/as) – antecessoras do Lärarförbundet – se tornaram mais conciliadoras quando viram na municipalização uma oportunidade de negociar melhores salários e condições de trabalho e igualdade de estatuto profissional para seus membros (RINGARP, 2017). No sistema escolar cada vez mais descentralizado, o aumento do número de membros e as exigências por maior unidade na Svenska Facklärarförbundet levaram a negociações para uma fusão com o Sveriges Lärarförbund. Esses dois sindicatos acabaram se unindo ao Lärarförbundet em 1991. No entanto, as tradições sociais e pedagógicas distintas do Lärarnas Riksförbund e do Lärarförbundet continuaram a influenciar as decisões de apoiar as políticas educacionais ou se opor a elas, e os sucessivos governos se aproveitaram dessas divisões (BEACH *et al.*, 2014; LILJA, 2014).

A nova estrutura escolar restringiu a capacidade dos sindicatos de professores/as para negociar coletivamente em nível nacional (STEVENSON & MILNER, 2023). A solidariedade externa foi ainda mais complicada pela filiação às confederações: o Lärarförbundet era afiliado à TCO, a confederação não manual, e o Lärarnas Riksförbund à SACO, a confederação profissional. Assim, em 1996, para fortalecer sua posição nas negociações com a organização patronal (Svenska Kommunförbundet, agora parte da Sveriges Kommuner och Regioner), os dois sindicatos criaram o Conselho de Colaboração de Professores/as (Lärarnas Samverkansråd) (IOANNU & KJELLBERG, 2005). Naquela época, ambos os sindicatos começaram a se posicionar como associações profissionais (LUNDSTRÖM, 2007; PERSSON, 2008).

Em 2021, o Lärarförbundet organizou professores/as, diretores/as escolares e orientadores/as de estudos e carreira em pré-escolas, escolas de ensino fundamental e médio obrigatório, escolas de ensino médio geral e profissional, universidades e faculdades universitárias, escolas de ensino médio populares, centros de educação de adultos, escolas especiais, centros de lazer e escolas culturais, enquanto o Lärarnas Riksförbund organizou professores/as de disciplinas específicas e orientadores/as de estudos e carreira em escolas de ensino primário obrigatório e ensino fundamental, escolas de ensino médio, centros de educação de adultos e universidades; as mulheres eram maioria em ambos os sindicatos – 83% e 70%, respectivamente. Com uma sobreposição significativa de membros, o Lärarförbundet desejava a fusão há algum tempo; no entanto, os membros do Lärarnas Riksförbund temiam a diluição em um sindicato maior. Como o empregador municipal só assinava acordos coletivos com um parceiro social, o Lärarnas Riksförbund, com o seu número menor de membros (64.600 membros ativos/as em comparação com 163.000 no Lärarförbundet em 2020/2021), corria o risco de perder influência nas negociações. Em última análise, a diminuição do número de membros poderia ser financeira e organizacionalmente prejudicial para ambos. Os sindicatos, portanto, encomendaram pesquisas separadas sobre uma possível fusão, com o Lärarnas Riksförbund propondo inicialmente uma estrutura federativa (KJELLBERG, 2021).

Para facilitar a fusão, em dezembro de 2020, o Lärarförbundet comunicou sua intenção de deixar a TCO e, em setembro de 2021, solicitou a adesão à SACO, cedendo assim às exigências do Lärarnas Riksförbund de adesão à confederação profissional. Deixando finalmente a TCO em 31 de dezembro de 2021, tornou-se membro da SACO em 1º de janeiro de 2022.

Enquanto as colaborações e negociações de fusão avançavam durante esse período, grupos de ‘rebelião’ (*uppror*, em sueco) – para professores/as de pré-escola (*Förskoleupproret*), professores/as (*Lärarupproret*) e diretores/as escolares (*Skolledarupproret*) – começaram a se organizar de forma independente. Fundado em 2013, o grupo de rebelião de professores/as de pré-escola começou como um grupo privado no Facebook, onde podiam compartilhar seu descontentamento com questões relacionadas ao trabalho, que agora tem mais de 36.000 membros. Em maio de 2018, tornou-se mais público quando saiu às ruas de Estocolmo, Gotemburgo e Malmo (FÖRSKOLEUPPRORET, 2024). Isso foi seguido por outras manifestações em sete cidades suecas em maio de 2019, coordenadas com outros grupos de rebelião sob a Marcha de Professores/as (*Lärarmarschen*), para protestar contra o aumento da carga de trabalho e a redução de recursos (HEDMAN, 2019). Esses grupos ganharam impulso por meio de um movimento mais amplo chamado #skoltwitter, que incluiu o Tankesmedjan Balans, um *think tank* progressista que faz campanha por ambientes de trabalho sustentáveis para todas as profissões da área de bem-estar social (TANKESMEDJAN BALANS, 2024).

Para alguns/umas, esse ativismo era desnecessário, uma vez que os sindicatos de professores/as já lidavam com questões de bem-estar por meio de acordos coletivos e consultas políticas. Para outros/as, isso sugeria que as necessidades organizacionais de professores/as não estavam sendo atendidas em seus sindicatos (LÖFDAHL HULTMAN, *et al.*, 2022). A pandemia de Covid-19 acabou por interromper o progresso dos grupos rebeldes. Refletindo sobre o passado, no entanto, os/as ativistas dos grupos sentiram que as sedes dos sindicatos não tinham acompanhado os movimentos de base e apenas os utilizaram em seu benefício (Thorén 2022).

A fusão do Lärarförbundet e do Lärarnas Riksförbund no Sveriges Lärare em 1º de janeiro de 2023 traz, portanto, novos desafios e oportunidades para a organização sindical. Embora seja importante para a renovação sindical (EBBINGHAUS, 2003; WADDINGTON, 2006), a fusão deve ser inserida em estratégias de revitalização mais amplas para atingir seu pleno potencial (BUCHANAN, 2003). Aqui uma análise da estrutura pré-fusão e das capacidades de intermediação do Lärarförbundet e do Lärarnas Riksförbund em várias áreas de colaboração pode ser relevante.

Metodologia

Este artigo foi escrito por uma pesquisadora acadêmica e dois dirigentes sindicais. O estudo de caso qualitativo no qual se baseia busca fornecer uma análise aprofundada das ações colaborativas de dois sindicatos de professores/as em relação à justiça social na educação antes de sua fusão. Portanto, representa “o estudo de uma instância em ação” (ADELMAN, JENKINS & KEMMIS, 1980). No entanto, a investigação não se limita às duas unidades de análise – Lärarförbundet e Lärarnas Riksförbund –, mas explora suas interações entre si e com o contexto educacional mais amplo (YIN, 2009).

Corroborando a visão de que os/as participantes, eventos e situações do estudo de caso devem falar por si mesmos/as (COHEN, MANION & MORRISON, 2017), o desenho da pesquisa se inspirou na pesquisa participativa – PP. Com ênfase na investigação *com* as partes interessadas, a PP privilegia a participação da comunidade, suas prioridades e suas perspectivas na produção de conhecimento (CORNWALL & JEWKES, 1995), pondo assim em questão as noções da pesquisadora “especialista” (VAUGHN & JACQUEZ, 2020). Para diferenciar nossas posições de pesquisa, doravante nos referiremos a nós como “co-pesquisadora acadêmica” e “co-pesquisadores sindicais”. Nossa abordagem de PP se estendeu além da integração da expertise acadêmica e sindical na construção da pesquisa, incluindo a colaboração dos/das co-pesquisadores/as ao longo dos processos de análise e redação.

A pesquisa documental foi o principal método de pesquisa. Como forma de “voz”, os documentos fornecem uma visão sobre os valores e práticas organizacionais (FITZGERALD, 2012) e as mudanças ou continuidades ao longo do tempo (MCCULLOCH, 2011).

Numa primeira etapa, os co-pesquisadores sindicais selecionaram documentos de políticas que, em sua opinião, refletiam o enquadramento e as capacidades intermediárias de seus sindicatos precedentes em matéria de justiça social. Limitada a um período de cinco anos (2017-2021), essa seleção abrangeu diferentes gêneros de texto. Para facilitar a comparação, a co-pesquisadora acadêmica reduziu essa amostra ao gênero dominante: oito respostas de consulta política a inquéritos da comissão governamental (*yttranden*) para cada sindicato. É importante observar aqui que cada co-pesquisador sindical era autor, coautor ou colaborador das respostas à consulta. Numa segunda etapa, a co-pesquisadora acadêmica realizou uma análise de conteúdo da linguagem, dos tópicos e das opiniões principais desses documentos para estabelecer as posições políticas dos sindicatos e as semelhanças ou diferenças entre elas.

A terceira etapa envolveu o diálogo como método. Baseado nas filosofias hermenêutica, pós-moderna e construcionista social, o diálogo como método coloca os/as participantes na posição de autores/as e intérpretes do texto (ANDERSON, 2014; TREDE, HIGGS & ROTHWELL, 2009). Por meio da troca de perguntas e comentários e da “compreensão responsiva” (BAKHTIN, 1986), todos/as os/as participantes se envolvem na construção de significado (ANDERSON, 2014). Devido a várias considerações práticas, optamos por uma abordagem dialógica consecutiva em vez de totalmente integrada. Numa reunião via Microsoft Teams em junho de 2023, a co-pesquisadora acadêmica compartilhou suas interpretações textuais das áreas de divergência e convergência políticas sobre equidade educacional, e os co-pesquisadores sindicais forneceram as suas próprias. As perguntas foram feitas para aprender *com*, e não *sobre*; nossa compreensão da colaboração intersindical foi, portanto, mediada linguisticamente (GADAMER, 1975). O diálogo foi posteriormente transcrito pela co-pesquisadora acadêmica.

Na etapa final, a co-pesquisadora acadêmica analisou o texto do diálogo, privilegiando assim as interpretações das políticas feitas pelos co-pesquisadores sindicais. Como inferência abdução, a teoria foi usada para enquadrar a compreensão do fenômeno da colaboração intersindical, a fim de desenvolver uma nova interpretação no contexto sueco (DANERMARK *et al.*, 2002). As interpretações intertextuais foram categorizadas sob os dois conceitos – “enquadramento” e “intermediação” –, mas sem perder de vista a estrutura do diálogo original e os momentos em que nossos horizontes individuais de compreensão foram ampliados por meio da interação. O diálogo foi, assim, um método de interpretação e coleta de dados; éramos todos/as tanto pesquisadores/as como participantes da pesquisa. À luz dessas novas interpretações, a co-pesquisadora acadêmica reanalisou os documentos referentes a diretrizes políticas. As interpretações finais foram enviadas aos co-pesquisadores sindicais para revisão.

Os significados textuais e interpretativos são afetados pela posição do/da pesquisador/a (SCOTT, 1990). Os co-pesquisadores sindicais trabalham na mesma unidade organizacional do Sveriges Lärare. O conhecimento gerado é, portanto, limitado às

interpretações da burocracia sindical. Com apenas duas vozes interpretativas, há desafios adicionais para o “holismo” do estudo de caso (VERSCHUREN, 2003). Não desejamos fazer generalizações, mas por meio da co-construção do conhecimento, expandir as teorias da colaboração intersindical e contribuir para o aprendizado no Sveriges Lärare e no movimento sindical mais amplo.

Os co-pesquisadores do sindicato têm sido colaboradores intersindicais e, em várias etapas, sujeitos de pesquisa e/ou guardiões para a co-pesquisadora acadêmica. Essas múltiplas identidades podem ser mobilizadas para aprimorar a interpretação e expandir horizontes durante o processo de pesquisa (ALVESSON & SANDBERG, 2021). Como alguém de fora da fusão, a co-pesquisadora acadêmica tinha preocupações éticas; seu objetivo era ser criticamente reflexiva sobre as práticas históricas, em vez de minar indivíduos/as, instituições ou processos atuais.

Na seção a seguir apresentamos nosso aprendizado por meio do diálogo colaborativo em duas subseções: enquadramento do problema da desigualdade educacional e mediação das relações entre sindicatos. Somos identificados/as da seguinte forma: ALM (pesquisadora acadêmica), PB (co-pesquisador sindical, anteriormente Lärarnas Riksförbund ou LR) e JE (co-pesquisador sindical, anteriormente Lärarförbundet ou L). Em seguida, discutimos nossa análise à luz das teorias de colaboração intersindical e considerando seu significado para o sindicato recém-formado.

Aprendendo através do diálogo sobre a colaboração intersindical

Enquadrando o problema da desigualdade educacional

Pode-se dizer que cada sindicato enquadrou o problema da desigualdade educacional através de sua posição política inicial sobre a municipalização. Uma primeira análise dos documentos referentes a diretrizes políticas anteriores a 2017, realizada pela co-pesquisadora acadêmica, sugeriu que o Lärarförbundet acreditava que o “mercado escolar” e a “escolha escolar” tinham aumentado a segregação escolar e permitido que certos/as provedores/as independentes obtivessem lucro. Em contrapartida, o Lärarnas Riksförbund considerava que a “municipalização”, o “uso ineficaz de recursos” e as “prioridades diferentes das escolas municipais e independentes” eram responsáveis pelo sistema escolar segregado (MILNER, 2018). No entanto, a análise era imprecisa; essas posições políticas tinham menos a ver com diferenças entre os sindicatos do que com diferenças de ênfase:

PB (LR): *“Então, isso é um pouco...”*

ALM: *“... redutor?”*

PB (L): *“Sim, mas a questão é que isso é ótimo numa perspectiva mais histórica. Porque o Lärarnas Riksförbund sempre pensou que o principal problema era o que fizemos no início dos anos 90. Que mudamos a forma como o sistema funciona, a sua orientação, etc. E depois plantamos a semente da mercantilização nisso”.*

De fato, as interpretações individuais dos dois sindicatos sobre o problema da desigualdade educacional eram mais nuançadas e mais semelhantes. O Lärarförbundet também destacou o papel desempenhado pela municipalização, enquanto o Lärarnas Riksförbund foi igualmente crítico em relação ao lucro na educação em seus relatórios escritos e materiais enviados a um partido de esquerda. Em resposta a uma consulta sobre o estado de bem-estar social, o Lärarnas Riksförbund (2017) sublinhou a necessidade de eliminar totalmente as sociedades anônimas.

Nem sempre foi assim. Apesar das preocupações com a municipalização, o Lärarnas Riksförbund inicialmente apoiou o movimento das escolas independentes. Na década de 1990, argumentou que as escolas municipais e independentes deveriam receber o mesmo nível de financiamento per capita – agora identificado como um dos principais problemas do sistema. Esse argumento estava parcialmente ligado à percepção de que um sistema financeiro ‘igualitário’ afetaria positivamente os salários dos/das professores/as. Em contrapartida, o Lärarförbundet tinha se mostrado cético, mas no fim da década de 1990 passou a ter uma postura mais positiva em relação às escolas independentes.

Ambas as mudanças foram influenciadas por seus diversos membros profissionais e seus papéis assumidos e reais no sistema escolar:

ALM: *“O seu ceticismo em relação ao movimento das escolas independentes. E todo esse tipo de mudança estrutural. Isso se deve a algo que ocorreu dentro do sistema?”*

PB (LR): *“[...] quando lemos documentos e assim por diante, percebo que o Lärarnas Riksförbund tinha uma visão muito ingênua sobre as escolas independentes... pensávamos que seriam nossos membros que iriam fundar essas escolas... mas, depois de alguns anos, cerca de uma década, descobriram que não eram nossos membros que estavam administrando essas escolas. Então, começou a mudança”.*

JE (L): *“E, para o Lärarförbundet, era principalmente uma questão de equidade, eu diria [...] as escolas gratuitas se tornaram uma ameaça à equidade do sistema. E esse foi o raciocínio, durante os anos 90, nós éramos contra. E então, eh, nós temos membros, não podemos ser tão contra isso”.*

Para reformular a narrativa, o Lärarnas Riksförbund concentrou suas primeiras campanhas em esforços para recentralizar – e re-regulamentar – o sistema educacional e eliminar intermediários/as por meio do financiamento direto das escolas pelo governo. Em contrapartida, o Lärarförbundet queria a remoção do financiamento per capita, maior

orientação e monitoramento das admissões nas escolas e financiamento escolar com base nas necessidades dos/das alunos/as. Essas perspectivas permaneceram amplamente consistentes. Em duas respostas políticas a um relatório de 2017 da Comissão Escolar sobre uma estratégia nacional para o conhecimento e a equidade, o Lärarförbundet (2017b; 2017c) observou os efeitos prejudiciais do financiamento per capita num mercado escolar onde escolas com turmas menores (predominantemente municipais) são subfinanciadas e a perda de alunos/as leva a menos recursos materiais. Este sindicato apoiou um modelo de financiamento baseado em turmas. Da mesma forma, o Lärarnas Riksförbund defendeu repetidamente a administração financeira estatal. Suas posições políticas duradouras são consideradas fundamentais para a influência do sindicato nas ações recentes do governo: uma investigação sobre o aumento da administração estatal e propostas de financiamento baseado em turmas.

A análise das declarações políticas no período pós-2017 sugeriu uma interpretação mais matizada da educação pública sueca. A equidade foi enquadrada como uma questão multidimensional que deve ser abordada como tal. Em respostas a um relatório de 2017 da Comissão Escolar e a uma investigação posterior sobre um sistema escolar equitativo, o Lärarförbundet (2017b; 2017c; 2020b) destacou a necessidade de considerar as recomendações “como um todo”. Em reconhecimento à diversidade de seus membros, ampliou o conceito de “uma escola para todos” para incluir todas as formas de ensino, desde a pré-escola até a educação de adultos/as. Essa estrutura foi amplamente compartilhada pelo Lärarnas Riksförbund; em resposta a uma consulta sobre como fortalecer os municípios para cumprir sua missão de bem-estar social, ele observou variações nas capacidades dos municípios de cumprir seu papel e argumentou que o Estado deveria assumir a responsabilidade por todos os setores, exceto a pré-escola: ensino fundamental e médio obrigatório, ensino médio e educação de adultos/as, por exemplo (LÄRARNAS RIKSFÖRBUND, 2020a).

Do ponto de vista sindical a equidade era vista como uma questão trabalhista e profissional: por um lado, estava ligada ao trabalho, à carga de trabalho e às condições de trabalho docentes; e por outro, à certificação de professores/as, à oferta de docentes de qualidade e a questões mais amplas de recrutamento e retenção. Por exemplo, o Lärarförbundet (2017c) sugeriu que a Comissão Escolar deveria considerar como reduzir a “carga de trabalho excessiva” para garantir que os/as professores/as pudessem cumprir suas recomendações e tornar a profissão mais atraente e sustentável. Ele observou a importância do investimento na educação inicial e continuada e em docentes qualificados/as para os resultados escolares. Da mesma forma, em resposta a uma consulta sobre o tempo de trabalho dos/das professores/as, o Lärarnas Rikslörbund (2021a, 1) argumentou que “a qualidade do ensino supera o aumento do tempo de ensino”. A entidade sustentou que as propostas de aumentar as horas de trabalho para combater o baixo desempenho dos/das alunos/as na escola obrigatória poderiam agravar a evasão dos/das professores/

as e aumentar a carga de trabalho daqueles/as que permanecessem na profissão. O sindicato também destacou a necessidade de docentes mais bem formados/as e certificados/as e de docentes de educação especial “com tempo suficiente para as suas respectivas tarefas” (LÄRARNAS RIKSFÖRBUND, 2021a, p. 2). Posteriormente, ambos os sindicatos apoiaram a responsabilidade financeira e administrativa do Estado por um programa de desenvolvimento profissional para docentes e dirigentes escolares (LÄRARFÖRBUNDET, 2017c; LÄRARNAS RIKSFÖRBUND, 2018; 2021b).

Na Suécia o sistema educacional deve compensar financeiramente as diferenças dos/das alunos/as em termos de conhecimentos, experiências, contexto familiar e recursos materiais. O Lärarnas Riksförbund vinha sendo crítico à municipalização desde a década de 1980, e em 1987 produziu um relatório intitulado *Parem a Municipalização* (Stoppa kommunaliseringen), no qual o principal argumento era a ameaça à equidade educacional. Essa perspectiva influenciou sua decisão de entrar em greve em 1989 e, juntamente com seu objetivo político de reduzir a segregação escolar, só se fortaleceu com o tempo. Por outro lado, o Lärarförbundet não se envolveu em ações trabalhistas e continuou a apoiar as reformas durante a década de 1990 (BÄCKSTRÖM & ISAKSSON, 2022).

De meados da década de 1990 até cerca de 2010 era incomum falar sobre financiamento dessa maneira, mas os dois sindicatos de professores/as “reacenderam o uso dessa perspectiva”. O Lärarförbundet (2017b; 2017c) acolheu com satisfação em 2017 as propostas de um subsídio estatal da Comissão Escolar, ponderado socioeconomicamente para enfrentar os diferentes desafios educacionais nos municípios e entre eles; no entanto, argumentou que o sistema de vouchers escolares precisava mudar para que isso funcionasse. Em relação a essa questão, tanto o Lärarförbundet quanto o Lärarnas Riksförbund destacaram as diferentes missões educacionais de provedores/as de escolas municipais e independentes. De fato, o Lärarnas Riksförbund (2020b) argumentou que as escolas com maiores responsabilidades deveriam ser financiadas de acordo com essas responsabilidades, e o Lärarförbundet (2017a; 2017b; 2017c; 2017d) propôs que fatores adicionais fossem considerados na alocação de subsídios estatais, por exemplo, ano letivo dos/das alunos/as, densidade de professores/as, tamanho das turmas, necessidades especiais e dificuldades de recrutamento. Em declarações políticas posteriores, ambos os sindicatos apoiaram uma subvenção setorial a nível regional. Embora o financiamento deva compensar múltiplos déficits, a questão principal que afeta todos é a geografia:

PB (LR): “Então, também é importante lembrar que a Suécia é grande, mas, acima de tudo, é um país muito comprido. Por isso, gostaria que você acrescentasse as diferenças regionais. Essa tem sido uma perspectiva muito importante...”

ALM: “Então, posso acrescentar isso em ‘questões contextuais’ também”.

PB (LR): “Sim”.

ALM: *“É uma questão regional no contexto. É uma questão municipal no contexto. É uma questão escolar no contexto. É uma questão relacionada com a vida familiar da criança. O contexto pode envolver várias questões. E talvez também a política do município”.*

JE (L): *“Sim. E cada uma dessas coisas. Mais ou menos tudo o que você tem aqui sob ‘questão multidimensional’ tem um contexto regional. Há uma diferença entre as regiões em como funciona o recrutamento de professores/as, como funciona o desenvolvimento profissional, como são as características dos/as alunos/as. Isso se espalha por toda parte e dá uma certa estratificação a tudo”.*

Dada essa dimensão regional, o Lärarförbundet (2017c) criticou a “perspectiva metropolitana” da Comissão Escolar e a sua proposta de escolha escolar ativa, que seria uma “imposição burocrática” em municípios menos densamente povoados. Na sua resposta política a um inquérito sobre como organizar o ensino secundário superior, apoiou a proposta de melhor dimensionar o ensino secundário superior e o ensino para adultos/as às necessidades do mercado de trabalho local. Destacando a complexidade do desafio, no entanto, mostrou-se cético quanto à possibilidade de implementar o quadro através de “colaborações forçadas” entre municípios, o que poderia, em última análise, aumentar a fragmentação do sistema e reduzir a influência dos sindicatos (LÄRARFÖRBUNDET, 2020a). O Lärarnas Riksförbund (2020b) se opôs de forma semelhante, argumentando que a autonomia municipal tinha prevalecido sobre a equidade educativa. Ambos os sindicatos defenderam a colaboração através de uma autoridade regional estatal, tendo o Lärarnas Riksförbund (2020b) proposto seu próprio modelo.

As campanhas políticas dos sindicatos se centraram nos componentes estruturais da equidade. Ao “fazer política”, os sindicatos precisavam se concentrar no que “a política pode resolver”: governança, escolha da escola, financiamento. No entanto, os legados ideológicos e pedagógicos históricos influenciaram a sua abordagem. O Lärarförbundet surgiu do movimento popular com uma visão emancipatória de que todas as classes sociais deveriam ter oportunidades educativas, enquanto o Lärarnas Riksförbund surgiu de uma tradição acadêmica com a perspectiva de que a educação não era necessariamente para todos/as. Dentro do mesmo sindicato, professores/as do ensino médio e professores/as da pré-escola muitas vezes tinham perspectivas diferentes sobre equidade. Embora traços desses legados tenham perdurado na política – durante as eleições parlamentares de 2002, o Lärarnas Riksförbund fez campanha sobre a importância do conhecimento –, as diferenças foram se tornando menos evidentes até a criação do Sveriges Lärare.

ALM: *“Então, inicialmente, era a equidade do Lärarförbundet e o conhecimento do Lärarnas Riksförbund. Depois, vocês reuniram os dois sob o Sveriges Lärare”.*

JE (L): *“Mas a questão aí não é equidade. A questão é a consciência sobre as questões sociais. É mais ampla do que isso. Ambos tínhamos a equidade como ideia. Mas tínhamos interpretações diferentes do que significa equidade”.*

O Lärarnas Rikslörbund procurava alcançar a equidade (*likvärdighet*) para os/as alunos/as já inseridos/as no sistema escolar, enquanto o Lärarförbundet estava mais preocupado com a igualdade para todas as crianças na sociedade (*jämlikhet*). Esses legados ideológicos históricos também influenciaram as respostas dos sindicatos à solidariedade externa com sindicatos internacionais. A missão social do Lärarförbundet ficou evidente em seu trabalho de solidariedade internacional com sindicatos no exterior, enquanto o Lärarnas Riksförbund adotou a premissa de que o envolvimento de membros em tais ações deveria ser feito por iniciativa própria, por meio de órgãos como a Anistia Internacional.

Em resumo, as ‘diferenças’ iniciais no enquadramento da desigualdade educacional estavam relacionadas com a ênfase política e não com a posição política geral. Ambos os sindicatos estavam preocupados com a municipalização – inicialmente mais o Lärarnas Riksförbund – e ambos revisitaram as suas opiniões sobre a privatização à luz dos interesses de seus membros: benefícios salariais e funções de liderança (Lärarnas Riksförbund) e emprego dos membros (Lärarförbundet) em escolas independentes. Gradualmente, a formulação da resposta política se tornou mais semelhante. A noção de uma “escola para todos” foi corroborada pela ênfase dos sindicatos na melhoria das condições de aprendizagem e no aumento do investimento estatal em todo o sistema, embora ligado às formas escolares em que seus membros trabalhavam. Apesar das diferentes interpretações (sistêmicas e sociais) dos sindicatos e membros, a equidade foi enquadrada como uma questão trabalhista e profissional, ligada à carga e às condições de trabalho, bem como à qualidade e ao status da profissão. Embora a dimensão regional tenha sido enfatizada pelos dois sindicatos, a missão social da Lärarförbundet também ficou evidente no nível internacional.

Mediação das relações intersindicais

A colaboração entre o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbund variou. Às vezes os dois sindicatos trabalhavam em estreita colaboração; outras, de forma mais distante. Suas relações dependiam de fatores internos e externos: na maioria das vezes, das lideranças sindicais e políticas. Por exemplo, se um sindicato tinha boas conexões com a administração em exercício, não via necessidade de colaborar com o outro sindicato. Quando não existiam tais conexões, os sindicatos cooperavam “*para forçar os/as políticos/as a fazer o que queríamos fazer juntos*”. Quando políticos/as exploravam as divisões sindicais, isso afetava a colaboração entre os sindicatos. A colaboração em questões ditas “políticas” – como equidade e justiça social – era mais problemática; não era apenas a questão que gerava controvérsia, mas também a extensão da colaboração nessa questão.

Os dois sindicatos suecos colaboravam principalmente em questões trabalhistas. De acordo com o modelo sueco de relações bipartidas, os acordos coletivos entre

empregadores/as e empregados/as devem ser negociados e assinados em conjunto. Nesse caso a maior parte da colaboração intersindical ocorreu em nível local, particularmente nas escolas. Assim, a dimensão das filiais locais e, conseqüentemente, a diversidade de opiniões dos membros podiam influenciar o grau de colaboração. Dentro dos parâmetros do acordo coletivo os sindicatos suecos e as organizações patronais concordam mutuamente com um “dever de paz” (*fredsplikt*), o que significa que é proibido realizar ações trabalhistas, a menos que não seja alcançado um acordo durante as negociações. Isso tem vantagens e desvantagens.

ALM: “Você considera o ‘dever de paz’ limitante? Ou ter um acordo coletivo lhes dá mais poder político?”

JE (L): “Conseguir um acordo coletivo e, em seguida, o ‘dever de paz’. Bem, isso nos dá algo que queremos. E, claro, isso tem valor [...]. Eu diria que também tem valor para o empregador. O problema é que, obviamente, tanto nós quanto a SALAR achamos que o governo está dando muito pouco dinheiro aos municípios. Ambos queremos entrar em greve”.

O dever de paz não afeta os direitos dos sindicatos de se envolverem em outras formas de protesto. No ano passado, filiais locais do Sveriges Lärare se mobilizaram contra cortes nos gastos públicos em seus respectivos municípios. Uma campanha importante começou com a hashtag #Vi mår inte bra (#Não nos sentimos bem) nas redes sociais e, em Gotemburgo, culminou com uma manifestação em novembro de 2023, na qual o relatório sindical *Döden för svenska skolan (A morte da escola sueca)* (SVERIGES LÄRARE, 2023) foi entregue a políticos/as locais (TENFÄLT, 2023). No início daquele ano, em maio e junho de 2023, protestos sindicais contra cortes na educação ocorreram em cidades por toda a Suécia; em Estocolmo, esse ativismo contribuiu para a decisão municipal de aumentar o investimento em educação (SVT, 2023). Além disso, essas filiais se envolveram com ativistas de um *think tank* progressista como parte de seu programa de educação sindical (GARBERG, 2023). Mas embora o Sveriges Lärare apoie o trabalho de outros grupos comunitários mobilizados como os de pais e mães de alunos/as – compartilhando e curtindo postagens nas redes sociais, por exemplo –, ele não participa de seus protestos.

Antes da fusão os protestos podiam assumir formas diferentes. Os acordos coletivos exigiam a colaboração entre sindicatos, mesmo quando as relações eram mais distantes. Isso significava que os dois sindicatos só podiam expressar suas diferenças, ou torná-las mais pronunciadas, em questões profissionais e políticas em nível nacional. Aqui a noção de *ênfase* voltou a ganhar destaque. Embora a não colaboração pudesse permitir que os sindicatos individuais expandissem sua base de membros, ela não garantia um aumento do poder sindical. A competição entre sindicatos custava dinheiro e esforço e significava que seu impacto era menor. Os recursos eram frequentemente direcionados para tentar superar uns aos outros, em vez de colaborar, na próxima grande ideia política.

JE (L): “... Numa perspectiva mais ampla, os/as docentes estavam perdendo”.

ALM: “Quer acrescentar alguma coisa, Pontus?”

PB (LR): “Eu ia dizer que a razão pela qual criamos o Sveriges Lärare não é principalmente econômica. É claro que poderemos economizar dinheiro. Mas essa não foi a principal prioridade. A principal prioridade é reunir todos/as os/as docentes e usar a força que isso proporciona. Assim, você pode ir até os políticos e dizer que todos/as os/as professores/as suecos/as querem isso. Você vai poder ignorar todos/as docentes? Não”.

A colaboração entre sindicatos nas questões profissionais e políticas em nível nacional tem sido benéfica para os/as dirigentes sindicais mais envolvidos/as nas negociações. Embora afetado pelas relações sindicais, o processo de inquérito da comissão governamental poderia permitir uma resposta política coordenada. Em tempos mais cordiais, os sindicatos trocavam declarações políticas ou as redigiam em conjunto. Um exemplo é a resposta política à Comissão Escolar de 2017, que acabou por levar à publicação da Agenda da Equidade (*Likvärdighetsagendan*), redigida em co-autoria com a LO, a confederação manual, o que foi fundamental para estabelecer o consenso sindical. Mais tarde, para a investigação da comissão governamental de 2020 sobre um sistema escolar mais equitativo, o seu presidente, Björn Åstrand, convidou os sindicatos a serem membros do grupo de especialistas. Ambos os sindicatos acolheram as propostas do relatório e apoiaram sua implementação na íntegra (LÄRARFÖRBUNDET, 2020b; LÄARNAS RIKSFÖRBUND, 2020c). O grau de colaboração e a proximidade das relações profissionais entre consultores/as políticos/as durante esses períodos foram fundamentais para o rápido funcionamento da unidade política do Sveriges Lärare.

PB (LR): “E se você olhar pela nossa perspectiva, Johan e eu nos conhecemos desde, talvez, 2010...”

JE (L): “2011”.

PB (LR): “Sim, 2011. E, como funcionários dentro dos sindicatos, sempre pensamos: ‘Eu sei por que você tem que dizer o que está dizendo. Você sabe por que estou dizendo o que tenho que dizer’. Portanto, sempre tivemos uma espécie de relação profissional quanto a isso. E é também por isso que, como diz Johan, agora é tão fácil fundir as unidades políticas desses dois sindicatos”.

Para certos/as membros e funcionários/as, particularmente aqueles/as eleitos/s para cargos públicos, a fusão foi mais difícil, o que, dada a história dos sindicatos, era de se esperar. Além de momentos intermitentes de colaboração trabalhista, profissional e política, houve tentativas de unir os sindicatos: a sede do Lärarförbundet foi construída para abrigar os três sindicatos docentes da época e seu antigo logotipo apresentava três Ls. Esse sindicato sempre promoveu a unidade profissional e, nas respostas políticas ao relatório da Comissão Escolar de 2017, estendeu essa visão ao domínio político mais vasto, observando que a Comissão tinha estabelecido “uma boa base para acordos entre blocos

e uma maior responsabilidade política partilhada pela escola” (LÄRARFÖRBUNDET, 2017b, p. 2). Em contrapartida, os membros do Lärarnas Riksförbund mostraram mais ceticismo; numa votação sobre a fusão realizada em 1988, 80% votaram contra e, em vez disso, o sindicato ampliou sua cobertura para incluir docentes do 1.º ano em diante. Na votação mais recente, 80% votaram a favor da fusão. Essa mudança pode ser explicada pela alteração na filiação sindical iniciada em 1988.

PB (LR): *“A decisão de ampliar quem organizamos no sindicato criou dois sindicatos muito semelhantes [...] Se você perguntasse aos/las professores/as: ‘Devemos ter este ou aquele sistema de séries? Ou devemos fazer assim ou daquela forma?’, então não haveria oposição entre professores/as do ensino médio ou entre professoras do ensino fundamental, etc. Entre os diferentes sindicatos. As diferenças são que os/las professores/as do ensino médio podem pensar um pouco diferente sobre algumas coisas. E os/las professores/as da pré-escola pensam um pouco diferente sobre outras coisas”.*

ALM: *“Então, vocês se tornaram mais parecidos como sindicatos. Então, aí vocês começaram a pensar de forma mais semelhante como sindicatos?”*

JE (L): *“Sim”.*

O faccionalismo ideológico político e educacional era menos importante do que *“que tipo de professor/a você é”*. Após a fusão, no entanto, as diferenças entre os dois sindicatos são agora diferenças entre diferentes partes de um único sindicato.

Para entender a complexidade da construção da solidariedade interna, a liderança do Lärarnas Riksförbund consultou sindicatos nórdicos que já haviam passado por um processo semelhante: Opetusalan Ammattijärjestö – OAJ (Sindicato da Educação) na Finlândia e Utdanningsforbundet – UF (Sindicato da Educação) na Noruega. Ambos os sindicatos relataram ter tido alguns problemas ao tentar mediar os interesses dos membros após a fusão.

PB (LR): *“Se juntarmos todas estas coisas importantes e depois taparmos, então provavelmente poderemos ter algum tipo de explosão, se não tivermos cuidado. E essa explosão ocorreu na UF, na Noruega”.*

ALM: *“Sério? Ok”.*

PB (LR): *“Porque eles/las fizeram o que estamos fazendo agora, no início dos anos 2000. E em – você se lembra do ano, Johan? – talvez 2007-2008, os/las professores/as do ensino médio se foram”.*

Para evitar os mesmos erros, o Sveriges Lärare criou três associações escolares (*skolformsföreningar*) para os setores de educação pré-escolar, fundamental e médio/adulto. Cada associação é liderada por um porta-voz (*ordförande*) que se junta ao/à presidente e membros da diretoria num conselho chamado Órgão de Coordenação (*Samordningsorganet*).

Esse conselho permite que os diferentes setores escolares tenham representação permanente e influência dentro do sindicato e, quando necessário, pode tomar decisões sobre respostas a consultas políticas. Embora esses desenvolvimentos sugiram que existem algumas diferenças a superar na vida interna, a vida externa tornou-se mais fácil, uma vez que os sindicatos fusionados agora *“falam a uma só voz”*.

Em resumo, a intermediação sindical mudou ao longo do tempo, tendo a colaboração sido prejudicada por questões internas e externas. As capacidades de intermediação foram utilizadas com maior eficácia em questões trabalhistas, particularmente em nível local. A colaboração em questões profissionais e políticas foi menos consistente; as diferenças políticas podiam ser acentuadas para obter vantagens políticas estratégicas, mas não garantiam um aumento de poder e se tornaram menos pronunciadas devido à sobreposição da cobertura dos membros. As consultas políticas proporcionaram um quadro adicional para a colaboração interorganizacional. Embora o dever de paz limite as ações de greve, as filiais regionais do Sveriges Lärare se mobilizaram recentemente em protesto contra os cortes municipais na educação.

Discussão final

Neste artigo procuramos explorar a colaboração intersindical em questões de equidade educacional entre o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbund antes da sua fusão. Através de pesquisa documental, com o diálogo como método, analisamos as respostas políticas dos sindicatos às consultas da comissão governamental para explorar as suas capacidades de enquadramento e intermediação (LEVESQUE & MURRAY, 2010). Nesta discussão final, consideraremos nossas descobertas à luz das pesquisas sobre a colaboração sindical.

No que diz respeito ao enquadramento, as ênfases iniciais dos dois sindicatos não foram influenciadas apenas por suas posições ideológicas individuais sobre a municipalização e o lucro e por interesses dos membros no novo sistema escolar, mas também pelo desejo de diferenciação organizacional em nível nacional. Numa inversão da teoria de Rebecca Gumbrell-McCormick e Richard Hyman (2015), os sindicatos adotaram uma postura de *“diferença apesar da mutualidade”*. Essas diferenças entraram em jogo principalmente por meio de lobbies políticos e consultas sobre diretrizes políticas. As aparentes mudanças ou reviravoltas políticas foram uma resposta às mudanças nos interesses trabalhistas e profissionais de membros e na cobertura da filiação, como resultado do desenvolvimento dos sistemas de educação e formação de professores/as. No entanto, seu enquadramento da solução para a desigualdade educacional permaneceu bastante consistente: em questões de financiamento, o Lärarförbundet defendeu uma abordagem baseada em classes em vez de uma abordagem per capita, enquanto o Lärarnas

Riksförbundet rejeitou o modelo municipal em favor de um sistema financeiro centralizado pelo Estado. Ambas as posições podiam ser associadas aos seus respectivos legados organizacionais: um projeto de classe social e status profissional. Essa constância de enquadramento – no contexto de mudanças internas e externas – teve um impacto nas consultas políticas, mesmo que o sistema mais amplo ainda esteja por ser transformado.

Sublinhando os interesses ambíguos da classe dos/das professores/as suecos/as, a equidade na era pré-fusão foi enquadrada como uma questão trabalhista e profissional. O apoio de ambos os sindicatos ao aumento da responsabilidade do Estado pela profissionalização dos/das docentes e a filiação do Lärarförbundet à SACO antes da fusão sugerem uma mudança geral para o profissionalismo. Isso é ainda mais enfatizado pela política sindical atual, que estabelece que apenas professores/as certificados/as podem se tornar membros do Sveriges Lärare. Embora o centralismo estatal em questões profissionais pareça entrar em conflito com a dimensão regional da equidade, o status profissional e o conhecimento dos/das professores/as são essenciais para reduzir a segregação pedagógica nas escolas. Dessa forma, os interesses dos/das docentes e dos/as alunos/as estão alinhados (GOLDSTEIN, 2014). De modo geral, as políticas trabalhistas e profissionais dos sindicatos podem ser concebidas como tentativas de re-regulamentar um sistema escolar no qual não havia regras comuns sobre o tamanho das turmas, o tempo de instrução e o desenvolvimento profissional dos/das professores/as, e as discrepâncias só faziam aumentar.

No que diz respeito à intermediação, a pesquisa destacou a importância de trabalhadores/as “falarem a mesma língua” (CHAISON, 1996; DOBSON, 1997; MACHIN, STEWART & VAN REENEN, 1993). Para os dois sindicatos de professores/as, e em consonância com as conclusões de pesquisas anteriores (AKKERMAN, 2014; HARCOURT & LAM, 2012), isso foi alcançado principalmente em questões de *negociação* por meio do modelo sueco de relações trabalhistas bipartidas, que exigia colaboração em acordos coletivos do nível nacional ao local, e por meio do acordo formal de coalizão do Conselho de Colaboração de Professores/as. Em última análise, a colaboração permitiu que os sindicatos atendessem aos interesses de seus membros em relação a salários e condições de trabalho.

A colaboração intersindical é, no entanto, complexa (WADDINGTON, 2005) e, apesar de terem um empregador municipal comum, outras iniciativas conjuntas entre o Lärarförbundet e o Lärarnas Riksförbundet foram mais desafiadoras. Isso estava relacionado às suas afiliações confederativas baseadas em classes e à liderança sindical; no entanto, o desejo de diferenciação ocupacional e organizacional num contexto de sindicalismo competitivo desempenhou um papel importante em suas capacidades de colaboração horizontal (LEVESQUE & MURRAY, 2010). A não colaboração em questões *profissionais* e *políticas* relacionadas à equidade educacional permitiu essa diferenciação, mas as

distinções políticas, genuínas ou fabricadas, levaram a conflitos desnecessários e não fortaleceram o poder sindical.

As capacidades de intermediação (LEVESQUE & MURRAY, 2010) foram ainda mais restringidas pelas tentativas dos sindicatos individuais de promover os interesses de seus membros junto a governos e pela própria manipulação dessas divisões por parte dos governos (LILJA, 2014). Em períodos mais positivos, e quando o capital político no nível organizacional individual era limitado, os dois sindicatos trabalharam em conjunto para desenvolver uma declaração política comum e obter ganhos junto dos políticos. Em tempos mais problemáticos, outros indivíduos e organizações atuaram como intermediários/as (por exemplo, a LO, a confederação manual e o presidente de uma comissão de inquérito do governo), revelando, em certa medida, a importância da integração em redes (LEVESQUE E MURRAY, 2010) e da colaboração entre classes para alcançar um acordo de classe no contexto educacional sueco. Embora o antigo conflito de classe institucional (FULCHER, 1973) entre Lärarförbundet e Lärarnas Riksförbund tenha sido parcialmente resolvido na nova estrutura organizacional, as diversas identidades e interesses pedagógicos ainda podem dificultar a integração total. Aprender com as experiências de fusão de outros sindicatos de professores/as nórdicos/as pode ser benéfico, mas apenas se for além da criação de sistemas e procedimentos centralizados.

Embora haja pesquisadores/as que afirmem que a colaboração na organização de novos membros é possível (DOBSON, 1997; HARCOURT & LAM, 2012), a diminuição no número de membros e a conseqüente incerteza financeira exigiram campanhas de recrutamento agressivas de ambos os sindicatos em momentos diferentes. “Reorganizar os organizados” (FAIRBROTHER & YATES, 2003) e formar alianças com movimentos sociais mais amplos eram consideradas ações menos prioritárias; o modelo de serviço do sindicalismo no contexto das confederações baseadas em classes e a abordagem sueca das relações trabalhistas favoreciam a cooperação com empregadores/as em detrimento do ativismo dos membros e da formação progressiva de coalizões em torno de ideias de equidade educacional. Assim, embora ambos os sindicatos estivessem interessados na justiça social na educação, a mudança organizacional em direção ao sindicalismo de justiça social visível em outros contextos (KONKOL & RAMIREZ-ALONSO, 2021; MATON & STARK, 2022) não era tão avançada na Suécia.

Reconhece-se que a equidade educacional tem implicações trabalhistas e profissionais para membros do sindicato, mas em última análise, trata-se de uma questão política. Embora as divisões ideológicas a respeito de questões pedagógicas tenham impedido um esforço coordenado nesse sentido no passado, o recém-fusionado Sveriges Lärare oferece um grande potencial para a futura organização em torno de um problema tão enraizado na sociedade. Recursos coordenados e diretrizes políticas unificadas de negociação, políticas, profissionais e de recrutamento podem criar espaço para uma agenda organizacional mais democrática. Por exemplo, a promoção de outras identidades sociais

(LYON, 2023) – com base no gênero, idade e etnia – poderia levar a colaborações verticais e horizontais dentro e fora da estrutura sindical.

À luz da dimensão regional da equidade, as filiais locais poderiam fornecer outra forma de identificação social para a organização dentro e fora do setor educacional, conectando assim a organização para interesses próprios à organização para interesses públicos (FAIRBROTHER & YATES, 2003). Dado o modelo de serviço bem estabelecido e a importância do acordo coletivo e das relações estáveis entre empregador/a e empregado/a para esse modelo – uma característica de outros países nórdicos –, isso poderia exigir uma mudança na compreensão dos próprios membros sobre sindicalismo, ativismo e suas possibilidades de promover mudanças educacionais e sociais. Mesmo assim, os/as professores/as e seus sindicatos, por si sós não podem alcançar a justiça social na educação e na sociedade. Alianças multidirecionais – horizontais e verticais (LEVESQUE & MURRAY, 2010) – serão necessárias para enfrentar essa questão multidimensional em toda a sua complexidade.

Notas

- 1 Artigo originalmente publicado em *Globalisation, Societies and Education*. Tradução realizada por Ana Lucia do Carmo Artigo originalmente publicado com o título *Constructing solidarity through social justice in education: from collaboration and conflict to amalgamation between Swedish teacher unions*, Alison L. Milner, Pontus Backstrom and Johan Ernestamb, em *Globalisation, Societies & Education (Vol 23, Issue 1, 2025)*. Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Ana Lucia do Carmo Dantas e Fernando Scheibe.
- 2 Esse número inclui estudantes, membros aposentados/as e grupos ‘não docentes’, por exemplo, orientadores/as profissionais e músicos/as de igreja.
- 3 A TCO foi o resultado da fusão entre a Confederação de Empregados (De Anställdas Centralorganisation) – DACO, uma confederação do setor privado fundada em 1931, e a TCO, uma confederação do setor público fundada em 1937.
- 4 Ver LÄRARNAS. Historia, 2024, para uma história mais completa.

Referências

- ADELMAN, C., D. Jenkins, and S. Kemmis. 1980. “Rethinking Case Study: Notes from the Second Cambridge Conference.” In *Towards a Science of the Singular: Essays About Case Study in Educational Research and Evaluation*, edited by H. Simons, 47-61. Norwich: Centre for Applied Research in Education, University of East Anglia.
- AKKERMAN, A. 2014. “Involuntary Disputes: When Competition for Members Forces Smaller Unions to Strike.” *Rationality and Society* 26 (4): 446-474. <https://doi.org/10.1177/1043463114546312>
- ALVESSON, M., and J. Sandberg. 2021. “Pre-understanding: An Interpretation-Enhancer and Horizon-Expander in Research.” *Organization Studies* 43 (3): 395-412. <https://doi.org/10.1177/0170840621994507>.

- ALVIN, M., and M. Sverke. 2000. "Do New Generations Imply the End of Solidarity? Swedish Unionism in the Era of Individualisation." *Economic and Industrial Democracy* 21 (1): 71-95. <https://doi.org/10.1177/0143831X00211004>
- ANDERSON, H. 2014. "Collaborative Dialogue Based Research as Everyday Practice: Questioning our Myths." In *Systemic Inquiry: Innovation in Reflexive Practice Research*, edited by G. Simon and A. Chard, 60-73. Farnhill, UK: Everything is Connected Press.
- BÄCKSTRÖM, P., and C. Isaksson. 2022. *Lärarnas Riksförbund 2000-2022. Ett stycke svensk skolpolitisk historia*. Stockholm: Ekerlids Förlag.
- BAKHTIN, M. 1986. *Speech Genres and Other Late Essays*. Edited by C. Emerson and M. Holquist. Translated by V. W. McGee. Austin, TX: University of Texas Press.
- BASCIA, N., and H. Stevenson. 2017. *Organising Teaching: Developing the Power of the Profession*. Brussels: Education International. [https://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/Research institute mobilising final.pdf](https://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/Research%20institute%20mobilising%20final.pdf).
- BEACH, D., C. Bagley, A. Eriksson, and C. Player-Koro. 2014. "Changing Teacher Education in Sweden: Using Meta-Ethnographic Analysis to Understand and Describe Policy Making and Educational Changes." *Teaching and Teacher Education* 44: 160-167. <https://doi.org/10.1016/j.tate.2014.08.011>.
- BEDNAREK, R., S. Blumenfeld, and S. Riad. 2012. "Union Division: On the Paradoxes of Purpose and Membership Scope in Union Mergers." *Industrial Relations Journal* 43 (6): 548-571. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.2012.00696.x>
- BEHRENS, M., and A. Pekarek. 2016. "Between Strategy and Unpredictability: Negotiated Decision Making in German Union Mergers." *ILR Review* 69 (3): 579-604. <https://doi.org/10.1177/0019793915614583>
- BRIGDEN, C., and S. Kaine. 2015. "Rethinking Factional Alliances and Union Renewal: Inter-Union Collaboration in the 21st Century" *Economic and Industrial Democracy* 36 (2): 239-257. <https://doi.org/10.1177/0143831x.13501561>.
- BUCHANAN, J. 2003. "Union Amalgamation as a Basis for Union Renewal in Australia: Insights from Unfinished Business." *Just Labour: A Canadian Journal of Work and Society* 2: 54-63.
- CHAISON, G. 1996. *Union Mergers in Hard Times: The View from Five Countries*. Ithaca: Cornell University Press.
- CHAISON, G. 2010. "Union Mergers: The New Interest and Some old Questions." *Employee Responsibilities and Rights Journal* 22 (2): 149-156. <https://doi.org/10.1007/s10672-010-9145-z>
- CHAISON, G., M. Sverke, and A. Sjöberg. 2001. "How Unions Mergers Affect Membership Participation." *Journal of Labour Research* 22 (2): 355-372. <https://doi.org/10.1007/s12122-001-1039-2>
- COHEN, L., L. Manion, and K. Morrison. 2017. *Research Methods in Education*. 8th ed. London: Routledge.
- COMPTON, M., and L. Weiner. 2008. *The Global Assault on Teaching, Teachers and Their Unions: Stories for Resistance*. New York: Palgrave MacMillan.
- CORNFIELD, D. B. 1991. "The Attitude of Employee Association Members Toward Union Mergers: The Effect of Socioeconomic Status." *Industrial and Labour Relations Review* 44 (2): 334-348. <https://doi.org/10.1177/001979399104400211>
- CORNWALL, A., and R. Jewkes. 1995. "What is Participatory Research?" *Social Science and Medicine* 41 (12): 1667-1676. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00127-5](https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00127-5).
- DANERMARK, B., M. Ekström, L. Jakobsen, and J.Ch Karlsson. 2002. *Explaining Society*. London: Routledge.

- DETURBERVILLE, S. R. 2004. "Does the 'Organizing Model' Represent Credible Union Renewal Strategy?" *Work, Employment & Society* 18 (4): 775-794. <https://doi.org/10.1177/0950017004047963>
- DOBSON, J. R. 1997. "The Effects of Multi-Unionism: A Survey of Large Manufacturing Establishments." *British Journal of Industrial Relations* 35 (4): 547-566. <https://doi.org/10.1111/1467-8543.00068>
- EBBINGHAUS, B. 2003. "Ever Larger Unions: Organizational Restructuring and its Impact on Union Confederations." *Industrial Relations Journal* 34 (5): 446-460. <https://doi.org/10.1111/1468-2338.2003.00289.x>
- EDUCATION INTERNATIONAL [EI]. 2024. *Go Public! Fund Education. Campaigns*. Education International. <https://www.ei-ie.org/en/dossier/1537:go-public-fund-education>.
- FAIRBROTHER, P., and C. A. B. Yates. 2003. "Unions in Crisis, Unions in Renewal?" In *Trade Unions in Renewal: A Comparative Study*, edited by Fairbrother and C. A. B. Yates, 1-31. London: Routledge.
- FITZGERALD, T. 2012. "Documents and Documentary Analysis." In *Research Methods in Educational Leadership and Management*, edited by A. R. J. Briggs, M. Coleman, and M. Morrison, 296-308. London: SAGE Publications Ltd.
- FÖRSKOLEUPPRORET. 2024. "Om Förskoleupproret." <https://forskoleupproret.weebly.com/om-fourlrskoleupproret.html>.
- FULCHER, J. 1973. "Class Conflict in Sweden." *Sociology* 7 (1): 49-70. <https://doi.org/10.1177/003803857300700104>
- FURUHAGEN, B., and J. Holmen. 2022. "Teachers as a Political Force: Teacher Unions, Teacher Cultures, and Teacher Education in Sweden and Finland 1970-2020." In *Schoolteachers and the Nordic Model. Comparative and Historical Perspectives*, edited by J. Eckhardt Larsen, B. Schulte, and F. W. Thue, 157-170. Abingdon, OX: Routledge.
- GADAMER, H.-G. 1975. "Hermeneutics and Social Science." *Cultural Hermeneutics* 2 (4): 307-316. <https://doi.org/10.1177/019145377500200402>
- GALL, G. 2008. "Multi-Unionism and the Representation of Sectional Interests in British Workplaces." *Industrielle Beziehungen* 15 (4): 356-375.
- GARBERG, H. [@hannagarberg]. 2023, 25 January. *Nu ska det startas bokcirklar hos @SveLarareStockholm*. Twitter. <https://twitter.com/hannagarberg/status/1750486704933294333>.
- GOLDSTEIN, D. 2014. *The Teacher Wars: A History of America's Most Embattled Profession*. New York: Anchor Books.
- GUMBRELL-MCCORMICK, R., and R. Hyman. 2015. "International Trade Union Solidarity and the Impact of the Crisis." *European Policy Analysis* 2015 (1): 1-16.
- HANNAY, M. 2002. "The Unionization of Professionals: A Case Study." *Journal of Labor Research* 23 (3): 487-498. <https://doi.org/10.1007/s12122-002-1049-8>
- HARCOURT, M., and H. Lam. 2012. "Collaboration Between Unions in a Multi-Union, Non-Exclusive Bargaining Regime: What Can Canada Learn from New Zealand." *IJES* 20 (2): 5.
- HEDMAN, E. 2019, 13 May. "Lärarmarschen handler om våra arbetsvillkor". *Skolvärlden*. <https://skolvarlden.se/artiklar/lararmarschen-handlar-om-vara-arbetsvillkor>.
- HOWELL, C. 2001. "The End of the Relationship Between Social Democratic Parties and Trade Unions?" *Studies in Political Economy* 65 (1): 7-37. <https://doi.org/10.1080/19187033.2001.11675218>
- HURD, R. W., and S. Pinnock. 2004. "Public Sector Unions: Will They Thrive or Struggle to Survive?" *Journal of Labor Research* 25 (2): 211-221. <https://doi.org/10.1007/s12122-004-1033-6>

- HVID, H., and E. Falkum. 2019. "Introduction." In *Work and Wellbeing in the Nordic Countries. Critical Perspectives on the World's Best Working Lives*, edited by H. Hvid and E. Falkum, 1-6. Abingdon, OX: Routledge.
- HYMAN, R. 2012. *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446217139>
- IOANNU, C., and A. Kjellberg. 2005. "Confederations and Mergers: Convenience Rather Than True Love." In *Restructuring Representation. The Merger Process and Trade Union Structural Development in Ten Countries*, edited by J. Waddington, 337-360. Brussels: P.I.E. Peter Lang.
- KJELLBERG, A. 2021. "The Successive Merger of Swedish Teachers' Unions." *Nio - Fem Tidskrift om arbetsliv & profession*. https://lucris.lub.lu.se/ws/portalfiles/portal/108974583/The_successive_merger_of_Swedish_teachers_unions.pdf.
- KJELLBERG, A. 2023. "Trade Unions in Sweden: Still High Density, but Widening Gaps by Social Category and National Origin." In *Trade Unions in the European Union. Picking Up the Pieces of the Neoliberal Challenge*, edited by J. Waddington, T. Müller, and K. Vandaele, Work & Society Vol. 86. 1051-1092. Brussels: Peter Lang.
- KONKOL, P. J., and D. Ramirez-Alonso. 2021. "Teacher Labor Actions as Social Justice Intervention in Education." In *Handbook of Social Justice Interventions in Education*, edited by C. A. Mullen, 721-740. Cham, Switzerland: Springer International Handbooks of Education, Springer.
- LANDSORGANISATIONEN i Sverige. [LO]. 2024. *This is LO*. https://www.lo.se/english/this_is_lo.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2017a. *Yttrande över SOU 2016:78 Ordning och reda i välfärden*.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2017b. *Yttrande över Samling för skolan (SOU 2017:35) kap 8.2*.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2017c. *Yttrande över Samling för skolan - Nationell strategi för kunskap och likvärdighet (SOU 2017:35)*.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2017d. *Yttrande över Kvalitet i välfärden - bättre upphandling och uppföljning (SOU 2017:38)*.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2020a. *Yttrande över Gemensamt ansvar - en modell för planering och dimensionering av gymnasial utbildning SOU 2020:33*.
- LÄRARFÖRBUNDET. 2020b. *Yttrande över En mer likvärdig skola: minskad skolsegregation och förbättrad resurstilldelning (SOU 2020:28)*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2017. *Synpunkter på remissen "Ordning och reda i välfärden", SOU 2016:78*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2018. *Yttrande över betänkandet Med undervisningsskicklighet i centrum - ett ramverk för lärares och rektorers professionella utveckling (SOU 2018:17)*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2020a. *Synpunkter på remissen Starkare kommuner - med kapacitet att klara välfärdsuppdraget, SOU 2020:8*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2020b. *Synpunkter på remissen Gemensamt ansvar - en modell för planering och dimensionering av gymnasial utbildning, SOU 2020:33*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2020c. *En mer likvärdig skola - minskad skolsegregation och förbättrad resurstilldelning, SOU 2020:28*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2021a. *Yttrande över Kampen om tiden, SOU 2021:30*.
- LÄRARNAS Riksförbund. 2021b. *Yttrande över promemorian Professionsprogram för rektorer, lärare och förskollärare*.
- LÄRARNAS, Historia. 2024. *Lärarnas Historia / TAM Arkiv*. <https://laramashistoria.se/>.

- LEVESQUE, Christian, and Gregor Murray. 2010. "Understanding Union Power: Resources and Capabilities for Renewing Union Capacity." *Transfer* 16 (3): 333-350. <https://doi.org/10.1177/1024258910373867>
- LILJA, P. 2014. *Negotiating Teacher Professionalism: On the Symbolic Politics of Sweden's Teacher Unions*. Malmö Studies in Educational Sciences. No.72. Malmö University. <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1404517/FULLTEXT01.pdf>.
- LINDENSJÖ, B., and U. P. Lundgren. 2014. *Utbildningsreformer och politisk styrning*. Stockholm: Liber.
- LITTLE, G., E. Sharp, H. Stevenson, and D. Wilson. 2023. *Lessons in Organising: What Trade Unionists Can Learn from the War on Teachers*. London: Pluto Press.
- LÖFDAHL Hultman, A., A. Bergh, M. Lennartsdotter, and H. Löfgren. 2022. "Swedish Teachers' and School Leaders' Rebellion Groups on Facebook - Collective Formations and Administrators as Gatekeepers." *Education Inquiry*. <https://doi.org/10.1080/20004508.2021.2022583>.
- LUNDAHL, L. 2002. "From Centralization to Decentralization: Governance of Education in Sweden." *European Educational Research Journal* 1 (4): 625-636. <https://doi.org/10.2304/eej.2002.1.4.2>.
- LUNDSTRÖM, U. 2007. "Gymnasielärare - perspektiv på lärares arbete och yrkesutveckling vid millenieskiftet" [Upper-Secondary School Teachers - A Perspective of Teachers' Work and Professional Development at the Turn of the Millennium]. Doctoral diss., Umeå University, Sweden.
- LYON, M. A. 2023. "Current Perspectives on Teacher Unionization, and What They're Missing." *Educational Policy* 37 (5): 1420-1443. <https://doi.org/10.1177/08959048221103798>
- MACHIN, S., M. Stewart, and J. Van Reenen. 1993. "The Economic Effects of Multiple Unionism: Evidence from the 1984 Workplace Industrial Relations Survey." *The Scandinavian Journal of Economics* 95 (3): 279-296. <https://doi.org/10.2307/3440356>
- MATON, R. M., and L. W. Stark. 2022. "Educators Learning Through Struggle: Political Education in Social Justice Caucuses." *Journal of Educational Change* 24: 291-315. <https://doi.org/10.1007/s10833-021-09444-0>
- MCCULLOCH, G. 2011. "Historical and Documentary Research in Education." In *Research Methods in Education*, edited by L. Cohen, L. Manion, and K. Morrison, 248-255. London: Routledge.
- MILNER, A. 2018. "Bridging the Divide: Examining Professional Unity and the Extended Teacher Union Role in Sweden" *Educational Policy* 32 (2): 143-359. <https://doi.org/10.1177/0895904817741547>.
- MOODY, K. 2009. "The Direction of Union Mergers in the United States: The Rise of Conglomerate Unionism." *British Journal of Industrial Relations* 47 (4): 676-700. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8543.2009.00735.x>
- PARKER, J., and O. Alakavuklar. 2018. "Social Movement Unionism as Union-Civil Alliances." *Relations Industrielles / Industrial Relations* 73 (4): 784-813. <https://doi.org/10.7202/1056977ar>
- PERSSON, S. 2008. "Läraryrkets uppkomst och förändring: en sociologisk studie av läraresvillkor, or ganisering och yrkesprojekt inom den grundläggande utbildningen i Sverige ca. 1800-2000" PhD diss., University of Gothenburg.
- RINGARP, J. 2012. "The Problem of the Welfare Profession: An Example - the Municipalisation of the Teaching Profession." *Policy Futures in Education* 10 (3): 328-339. <https://doi.org/10.2304/pfie.2012.10.3.328>.
- RINGARP, J. 2017. "Lärarkrav och ekonomisk styrning: 1990-talets utbildningsreformer i ljuset av välfärdsstatens förvandling." In *Utbildningens revolutioner: Till studiet av utbildningshistorisk förändring*, edited by A. Berg, E. Larsson, M. Micheälsson, J. Westberg, and A. Åkerlund, 233-247. Uppsala, Sweden: Uppsala Studies of History and Education.

- SCOTT, J. 1990. *A Matter of Record: Documentary Sources in Social Research*. Cambridge: Polity Press.
- STEVENSON, H., B. Carter, A. Milner, and M. Vega Castillo. 2020. *Your Turn: Teachers for Trade Union Renewal*. Brussels: Belgium: European Trade Union Committee for Education.
- STEVENSON, H., and A. L. Milner. 2023. *Towards a Framework of Action on the Attractiveness of the Teaching Profession Through Effective Social Dialogue in Education*. European Trade Union Committee for Education and European Federation of Education Employers. https://www.csee-etu.org/images/Publications/Research_Report_Towards_a_Framework_of_Action_Attractiveness_EN.pdf.
- STREECK, W., and J. Visser. 1997. "The Rise of the Conglomerate Union." *European Journal of Industrial Relations* 3 (3): 305-332. <https://doi.org/10.1177/095968019733003>
- SVERIGES AKADEMIKERS CENTRALORGANISATION [SACO]. 2024. "About SACO." <https://www.saco.se/en/english/about-saco/>.
- SVERIGES Lärare. 2023. Döden för svenska skolan. En rapport om lärares syn på nedskärningarna och deras konsekvenser. <https://cdn.abicart.com/shop/ws21/49421/art97/205208797-89237c-SVLT1106-Doden-for-svenska-skolan-SVLU006-230905.pdf>.
- SVT. 2023, 17 May. *Efter hårda kritiken - 102 miljoner kronor i krisstöd till grundskolan i Stockholm*. SVT Nyheter. <https://www.svt.se/nyheter/lokalt/stockholm/sa-ska-staden>.
- TANKESMEDJAN Balans. 2024. *Om oss*. <https://tankesmedjanbalans.se/om-oss/>.
- TATTERSALL, A. 2009. "A Little Help from our Friends: Exploring and Understanding When Labor-Community Coalitions are Likely to Form." *Labor Studies Journal* 34 (4): 485-506. <https://doi.org/10.1177/0160449X08324738>
- TENFÄLT, T. 2023. "Här protesterar lärarna mot "döden för svenska skolan" (Here the teachers protest against "death to the Swedish school")." *Vi Lärare*, 9 November. <https://www.vilarare.se/nyheter/nedskarningar/har-protesterar-lararna-mot-doden-for-svenska-skolan/>.
- THORÉN, F. 2022. "Tre år efter läarmarschen står lärare isolerade (Three years after the Teachers March, teachers stand isolated)." *Flammen*. <https://www.flammen.se/tre-ar-efter-lararmarschen-star-lararna-isolerade/>.
- TJÄNSTEMANNENS CENTRALORGANISATION [TCO]. 2024. "This is TCO." <https://tco.se/om-tco/tco-in-english/this-is-tco>.
- TREDE, F., J. Higgs, and R. Rothwell. 2009. "Critical Transformative Dialogues: A Research Method Beyond the Fusions of Horizons." *Forum: Qualitative Social Research* 10 (1): 6.
- UNDY, R. 1999. "Negotiating Amalgamations: Territorial and Political Consolidation and Administrative Reform in Public-Sector Service Unions in the US." *British Journal of Industrial Relations* 37 (3): 445-463. <https://doi.org/10.1111/1467-8543.00136>
- VAUGHN, L. M., and F. Jacquez. 2020. "Participatory Research Methods - Choice Points in the Research Process." *Journal of Participatory Research Methods* 1: 1. <https://doi.org/10.35844/001c.13244>.
- VERSCHUREN, P. J. M. 2003. "Case Study as a Research Strategy: Some Ambiguities and Opportunities." *International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice* 6 (2): 121-139. <https://doi.org/10.1080/13645570110106154>
- VISSER, J., and J. Waddington. 1996. "Industrialization and Politics: A Century of Union Structural Development in Three European Countries." *European Journal of Industrial Relations* 2 (1): 21-53. <https://doi.org/10.1177/095968019621003>

WADDINGTON, J. 2005. *Restructuring Representation: The Merger Process and Trade Union Structural Development in Ten Countries*. Brussels: PIE-Peter Lang.

WADDINGTON, J. 2006. "The Trade Union Merger Process in Europe: Defensive Adjustment or Strategic Reform?" *Industrial Relations Journal* 37 (6): 630-651. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.2006.00425.x>

WALTON, R. E., and R. B. McKersie. 1965. *A Behavioral Theory of Labor Negotiations*. New York: McGraw-Hill.

WEINER, L. 2013. "Social Justice Teacher Activism and Social Movement Unionism: Tensions, Synergies and Space." *Multidisciplinary Journal of Educational Research* 3 (3): 264-295.

WIBORG, S. 2010. *Swedish Free Schools: Do they work?* Published by the Centre for Learning and Life Chances in Knowledge Economies and Societies. <http://www.llakes.org>

YDESEN, C., A. L. Milner, T. Aderet-German, E. Gomez Caride, and Y. Ruan. 2022. *Educational Assessment and Inclusive Education*. New York: Palgrave MacMillan.

YIN, R. K. 2009. *Case-Study Research Design: Design and Methods*. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage.

Declaração de divulgação

Os autores não informaram nenhum conflito de interesses em potencial.